

LUIZ BRESSER PEREIRA

Visão moderna
e progressista

Brasil precisa com urgência de um plano macroeconômico de estabilização, que ao contrário do que acontece com os planos do FMI, parta de uma taxa desejada e razoável de crescimento da economia e contenha metas compatíveis mensais, até o final do ano, de superávit comercial, redução do déficit público e crescimento da base monetária. Precisa também de um outro plano de controle administrativo da inflação, visando anular ou reduzir o componente inercial da inflação, semelhante ao Plano Cruzado, ou ao Plano Sayad, ou ao plano de uma moeda indexada proposto por Lara Resende e Péricio Arida. Este segundo plano precisa ser claramente distinguido do primeiro, já que não é com política fiscal e monetária que se controlam os fatores mantenedores da inflação. Política monetária é essencial para evitar que novos fatores aceleradores da inflação entrem em funcionamento, como aconteceu depois do Plano Cruzado; é, entretanto, impotente para combater a inflação inercial ou autônoma.

Além desses dois planos de curto prazo, o Brasil precisa de um plano de longo prazo, ou, mais genericamente, de diretrizes econômicas que orientem a ação imediata dos ministros da área econômica.

Como o PMDB é o partido do Governo, o que se espera desse plano é uma orientação progressista, ao invés de conservadora. Deverá estar nele contido, claramente, um não às propostas conservadoras, ortodoxas ou monetaristas: combate da inflação através de recessão e da redução dos salários; estímulo às exportações também através de recessão e de mudança na relação câmbio-salário, ou seja, através também de redução dos salários; desestatização acelerada da economia através da venda a baixo preço das ações das empresas estatais; redução radical da regulação econômica pelo Estado; eliminação imediata do déficit público; aceitação das condições estabelecidas pelos credores para o pagamento dos juros da dívida.

E preciso ficar claro para o PMDB na elaboração do plano de longo prazo, que a alter-

nativa à essa visão conservadora não é populismo dos anos cinqüenta. Os salários não devem ser reduzidos, mas não podem ficar fora de controle; a inflação precisa ser controlada através de medidas administrativas, mas também através de medidas fiscais e monetárias; o déficit público não pode ser eliminado de um dia para outro, mas precisa ser reduzido; as empresas estatais tiveram um papel fundamental na fase inicial do desenvolvimento brasileiro, mas agora deve caber ao setor privado a principal responsabilidade pela acumulação de capital; não é razoável que paguemos todos os juros da dívida externa e mais elevados spreads. Estes devem ser reduzidos da mesma forma que aconteceu com o México e a Argentina, mas a redução da transferência de recursos do Brasil para o exterior deve ser compatível com o pagamento de cerca de 50 por cento dos juros devidos a cada ano, para que possamos estabelecer um modus vivendi com os credores.

O desenvolvimento do mercado interno é prioritário, mas não há nesse objetivo qualquer contradição com o aumento das exportações. Pelo contrário, exportar é essencial para o aumento do mercado interno e facilita o processo de distribuição de renda. A concentração de renda se dá não através do aumento de salário acima do aumento da produtividade e sim através da reforma tributária, aumentando os impostos sobre o capital e sobre os rentistas. Assim será possível alcançar uma sociedade mais justa neste País.

Sobre essas diretrizes o PMDB precisa discutir e tomar posição. O Brasil, nestes últimos cinqüenta anos, consolidou um capitalismo desigual, injusto, cheio de problemas. Através do conservadorismo não resolveremos esses problemas, apenas aprofundaremos as desigualdades. Não será o CORREIO resolvê-los por meio do populismo, que ignora os limites impostos pela escassez e pelo mercado. E adotando uma visão moderna e progressista da economia que o PMDB poderá ser fiel a seus compromissos populares.